

EM CASO DE NÃO UTILIZAÇÃO, DEVOLVA ESTA FOTOCÓPIA A DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Distribuição restrita aos

Classificação :

Gabinetes e Secretário-Geral

Distribuição :

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação 2 Minho Periodicidade 2
Dia 13-11-79 Pág.(s) 5 Tendência política _____

A PRIMEIRA VISITA PRIMOMINISTERIAL NO SÉC. XX

**Lurdes Pintasilgo auscultou
problemas do Alto Minho**

43-11
19

Fundação Cuidar o Futuro



CONTINUA →

VIANA DO CASTELO, 13 – (do nosso enviado especial Luís Humberto) – Verdadeiramente histórica foi a visita que Maria de Lurdes Pintasilgo fez, ontem e anteontem, ao Alto Minho, inserida naquilo que ela própria considerou ser, tão-só, «a rotina de trabalho e de realizações do V Governo». Com efeito, conforme sublinhou o governador civil, dr.

ríos problemas concelhios nos domínios da Saúde (aos fins-de-semana há apenas um médico para os concelhos de Paredes de Coura, Valença e Monção), Habitação, Escolas, Saneamento, Electricidade, etc., a Primeiro-Ministro disse que tem faltado na implementação da constituição uma peça fundamental: a legislação relativa à

nistro frisou que estamos a funcionar com um tipo de orçamento e de gestão do orçamento que vem praticamente desde 1933 e que correspondia a um país pequeno, com uma administração centralizada. Hoje em dia, sublinhou, com as aspirações legítimas das várias regiões, nós precisamos não só de uma administração do orçamento que

lho de gerência do sector público».

Dirigindo-se directamente aos presidentes das câmaras, Lurdes Pintasilgo falou na legítima reivindicação dos seus legítimos direitos junto do poder central «que não existe para outra coisa, senão para servir as mesmas populações».

A Primeiro-Ministro visitou também os estaleiros navais, onde laboram cerca de dois mil trabalhadores. Um dos administradores referiu que, após uma ligeira falta de trabalho durante o 1.º semestre de 80, haverá plena ocupação até 1981, garantida por uma nova encomenda da URSS em vias de se concretizar. A propósito foi sublinhado que dois navios químicos noruegueses deram um prejuízo à empresa da ordem dos 500 mil contos, por o contrato celebrado em Março de 1974 ter sido feito em escudos.

Gonçalo Meira, do conselho de trabalhadores, referiu-se ao presente tranquilo e ao futuro relativamente promissor, aproveitando o facto para sublinhar a necessidade de desenvolver o sector público.

De tarde, Lurdes Pintasilgo foi a Paredes de Coura, onde o povo, apesar da chuva intensa, lhe proporcionou uma efusiva recepção.

No Soajo, aonde a Primeiro-Ministro se deveria deslocar também, antes de voltar a Lisboa, a frustração foi evidente. «Se não podia vir desculpa de mentir, que de mentiras já estamos fartos» – disse-nos uma mulher, vestida de negro, junto ao edifício da Junta de Freguesia onde o povo a aguardava. Aquele povo tão habituado a falsas promessas, cansado e de quase nenhuma esperanças ficou de facto desiludido. Na sua pureza desabafou outra mulher: «A gente tinha aquilo tão arranjadinho.» Aquilo era a sala da Junta com uma mesa para comer e beber, era o rancho, eram as flores...

A 5 quilómetros do Soajo um grupo de mulheres da aldeia de Vilar de Suento aguardavam-na, encharcadas, teimosamente à espera, não acreditando que a viagem tivesse sido anulada. E contaram ao «DL» os problemas que gostariam de colocar à eng.ª Lurdes Pintasilgo: falta de energia eléctrica, de água canalizada, uma escola de Madeira a cair, etc. E não acreditavam porque, já na véspera, indivíduos conotados com a «Aliança Democrática» haviam tentado desmobilizar a população, dizendo que quando a Primeiro-Ministro viesse não fizessem nada porque a altura não era para festas ou saudações.

Mesmo antes de partir para Lisboa, Lurdes Pintasilgo teria ocasião de manifestar ao «DL» a sua desolação com o cancelamento da visita. Quanto à viagem em globalidade considerou-a «extremamente positiva» na media em que encontrou uma «vitalidade extraordinária na região, o que sugere acções a curto e a médio prazo».



Muito entusiasmo popular à volta de Lurdes Pintasilgo nesta sua deslocação ao Alto Minho. Aqui é o abraço das crianças. Mas por toda a parte foi esta alegria. Excepto no Soajo, onde a reportagem do «DL» viu a frustração de inúmeros locais só pelo facto de Lurdes Pintasilgo não ter lá ido, como estava no programa

Oliveira e Silva, durante uma reunião com os presidentes das câmaras, foi a primeira vez que, pelo menos no século XX, um primeiro-ministro visitou o Alto Minho.

Falando aos presidentes das câmaras, Lurdes Pintasilgo disse que os objectivos destas visitas de trabalho vão além da mera auscultação dos problemas. Tendem mesmo a resolver questões passíveis de decisão imediata e «bloqueadas por uma máquina administrativa que muitas vezes corta cerne as aspirações legítimas dos que governam e desejam corresponder às necessidades imediatas do País». A extrema burocratização e centralização do aparelho de Estado viria aliás a ser uma constante das suas intervenções.

DESBUROCRATIZAR E REGIONALIZAR

Depois dos presidentes das Câmaras terem apresentado vá-

regionalização. O que, a rescen-
lou, faz com que «em cada um
dos ministérios estejamos a braços com tentativas diversas de descentralizar e de desconcentrar». A situação é de tal ordem que faz com que se trabalhe nesta altura com 45 divisões regionais, sobreposição esta que torna «ingovernável do ponto de vista administrativo» toda uma série de problemas locais. Cabe às câmaras, disse Lurdes Pintasilgo, pressionar o Governo e a Assembleia da República para prioridade inequívoca quanto à legalização sobre a regionalização.

Depois de referir-se à necessária «complementaridade de competências entre o poder local e o poder central, a Primeiro-Mi-

sele localmente autónoma dentro dos limites que a Assembleia da República vier a definir, mas que dentro dos departamentos do Governo seja também autónomo. Como todos sabem, disse ainda sobre o assunto, «em qualquer departamento de Estado a gestão do orçamento escapa completamente o que faz com que nós possamos ter uma política conceptual de educação que não corresponde a uma prática».

Isto é «temos entre a ideia e a prática uma mediação que é uma enorme máquina administrativa que vamos criando, que vamos empurrando e que cada administração vai reforçando muitas vezes com poderes paralalos para tentar resolver os impasses e que não têm senão sobrecarregado alguns dos serviços».

ESTADO NÃO É PATRÃO

A propósito de acusações à EDP por causa da tensão eléctrica estar abaixo do normal em Ponte de Lima, Lurdes Pintasilgo afirmou que «o Estado não se considera patrão das empresas públicas. O Estado – sublinhou – é apenas proprietário dessas empresas mas os problemas internos, laborais e de serviço que prestam, devem ser de responsabilidade das gerências». Disse ainda a Primeiro-Ministro que «o Governo não é um superconse-

